

Comércio Varejista

Lucas Sudbrack

PhD em Government and Public Administration. Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível C. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB. lucas.sudbrack@gmail.com

Luciano Feijão Ximenes

Doutor em Zootecnia. ETENE/BNB. lucianoximenes@bnb.gov.br

Alexandre dos Santos Carioca

Pós-graduação em Ciência de Dados e Big Data Analytics. MBA em Segurança da Informação. Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível G. ETENE/BNB. alexandre1carioca@hotmail.com

Larissa Yamile de Sousa Melo

Administração de Empresas. Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Bolsista de Bolsa Inova Talentos do CNPq - Nível G. ETENE/BNB. admyamile@gmail.com

Resumo: o comércio nordestino chega ao segundo semestre de 2026 com expansão moderada, porém desigual. No acumulado de 12 meses até junho, Pernambuco (6,1%), Rio Grande do Norte (5,9%), Ceará (3,8%) e Paraíba (3,1%) lideraram o crescimento do volume no varejo restrito; no ampliado, sobressaíram Pernambuco (4,7%), Bahia (3,9%), Ceará (3,7%) e Rio Grande do Norte (3,2%). O Ceará apresentou o melhor desempenho regional em veículos, motocicletas, partes e peças, com alta real de 7,0%, mas também a maior retração em materiais de construção, de 7,4%; nessa atividade, a Bahia avançou 0,8% e Pernambuco recuou 1,7%. O Piauí concentrou os sinais mais adversos, com quedas de 1,6% no varejo restrito e de 2,3% no ampliado. Para 2026, projetam-se altas de 1,6% no varejo restrito e de 1,8% no ampliado, com perda de intensidade no início de 2027. Juros elevados, endividamento familiar, inflação e riscos climáticos recomendam seletividade no crédito, sobretudo para empresas alavancadas, com baixa liquidez, estoques elevados ou dependência de vendas financiadas.

Palavras-chave: renda, emprego, nordeste, consumo, crédito.

1 Comércio Varejista no Brasil, Bahia, Ceará e Pernambuco

1.1 Comércio varejista restrito

Os dados indicam que em junho de 2026, a receita nominal do comércio varejista continuou crescendo mais rapidamente que o volume físico de vendas, sinalizando que parte relevante da expansão do faturamento decorreu da elevação dos preços, e não apenas do aumento das quantidades comer-

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Rogerio Sobreira Bezerra (Economista-Chefe) Allisson David de Oliveira Martins (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano F. Ximenes (Gerente Executivo), Biagio de Oliveira Mendes Junior, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Jackson Dantas Coelho, Kamilla Ribas Soares, Maria de Fátima Vidal. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo), Carlos Henrique Alves de Sousa, Márcia Melo de Matos, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Breno Pereira Aragão, Sânia da Silva Costa (Bolsistas de Nível Superior). O Caderno Setorial ETENE é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo.

Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; bancodonordeste.gov.br

cializadas. No Brasil, a variação acumulada em 12 meses alcançou 4,9% na receita nominal, diante de 1,6% no volume de vendas. No Nordeste, todos os estados apresentaram crescimento nominal, mas com diferenças expressivas no desempenho real. Destacaram-se Pernambuco, com 10,2% de expansão nominal e 6,1% em volume; Rio Grande do Norte, com 9,5% e 5,9%; Ceará, com 7,5% e 3,8%; e Paraíba, com 5,7% e 3,1%, respectivamente. Alagoas cresceu 5,4% nominalmente e 1,9% em volume, enquanto Maranhão registrou 5,4% e 2,4%, Sergipe, 5,0% e 2,0%, e Piauí, 2,0% de receita nominal, mas retração de 1,6% no volume. A discrepância do Piauí mostra que o aumento do faturamento foi insuficiente para representar maior quantidade vendida, configurando um sinal de maior fragilidade da demanda local (Tabela 1).

De acordo com dados da PNAC Contínua (IBGE, 2026), o desempenho regional encontra suporte no mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2026, o Nordeste apresentou taxa de desocupação de 7,6%, queda de 0,6 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2025, rendimento médio real habitual de R\$ 2.645, com crescimento interanual de 4,9%, e aumento de 1,1% da população ocupada na comparação com o trimestre anterior. Essas condições favorecem o consumo, mas o nível de ocupação regional, de 50,1%, e o rendimento inferior à média nacional mantêm os consumidores nordestinos mais sensíveis à inflação de alimentos, energia, transporte e outros bens essenciais.

Sob a ótica do risco de crédito, a leitura é de risco moderado, com diferenças importantes entre os estados. Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará mostram maior capacidade de geração de vendas, o que tende a favorecer giro de estoques e a geração operacional de caixa. No Piauí, o volume negativo requer maior cautela na análise de capital de giro, cobertura do serviço da dívida e concentração de receitas. Para todo o setor, o elevado endividamento das famílias e o custo do crédito constituem fatores restritivos: em abril de 2026, 80,9% das famílias brasileiras possuíam dívidas, o comprometimento médio da renda aproximava-se de 30% e os juros médios para pessoas físicas superavam 60% ao ano, conforme dados da ABDI (2026).

Tabela 1 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista (%)

Brasil e Unidade da Federação	Índice de receita nominal de vendas			Índice de volume de vendas		
	Varição acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Varição acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Varição mês/mês do mesmo mês do ano anterior (M/M-12)	Varição acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Varição acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Varição mês/mês do mesmo mês do ano anterior (M/M-12)
Brasil	4,90	4,70	7,00	1,60	1,90	2,90
Alagoas	5,40	5,00	6,80	1,90	1,30	1,70
Ceará	7,50	7,30	8,80	3,80	4,00	4,60
Maranhão	5,40	4,50	9,00	2,40	2,00	3,10
Paraíba	5,70	5,50	10,30	3,10	2,60	6,30
Pernambuco	10,20	15,20	15,50	6,10	10,70	9,50
Piauí	2,00	3,10	9,10	-1,60	-0,40	5,00
Rio Grande do Norte	9,50	7,50	6,60	5,90	4,50	2,10
Sergipe	5,00	5,40	6,90	2,00	2,10	0,90

Fonte: Adaptado pelos autores da PMC – Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026)¹.

1.2 Comércio varejista ampliado

A Tabela 2, que acrescenta ao varejo restrito os segmentos de veículos, motocicletas e peças, materiais de construção e atacado especializado de alimentos, revelam desempenho nordestino superior ao resultado nacional em diversos estados. Em junho de 2026, o Brasil acumulou alta de 3,4% na receita nominal e 0,8% no volume. No Nordeste, sobressaíram Bahia, com 8,5% de expansão nominal e 3,9% real; Ceará, com 7,7% e 3,7%; Pernambuco, com 8,4% e 4,7%; e Rio Grande do Norte, com 7,1% e 3,2%.

¹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PMC – Pesquisa Mensal do Comércio. Junho de 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 20 agosto 2026.

Paraíba teve desempenho positivo, de 5,2% na receita e 2,5% no volume, enquanto Alagoas registrou 3,6% e 0,4%, Sergipe, 3,9% e 0,9%, e Maranhão, 3,7% e 2,5%. Em contraste, o Piauí apresentou receita nominal de apenas 1,7% e contração de 2,3% no volume, permanecendo como o ponto de maior atenção regional.

A comparação entre receita e volume mostra que Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte combinaram crescimento nominal com expansão efetiva das vendas, sugerindo maior resiliência nos segmentos ampliados. Esse resultado pode refletir a contribuição de veículos, autopeças, materiais de construção e atacado alimentar. Em âmbito nacional, contudo, o varejo ampliado recuou 0,7% na margem em abril de 2026, com queda de 3,6% em materiais de construção; para 2026, a projeção disponível apontava crescimento de 1,8% do índice ampliado, em um cenário de inflação persistente e juros elevados (Tendências Consultoria, 2026).

Para fins de risco de crédito, o varejo ampliado deve ser avaliado com maior rigor que o restrito, pois contém atividades mais dependentes de financiamento, como veículos e materiais de construção. As medianas do Focus de 21 de agosto de 2026 projetavam IPCA de 5,02%, crescimento do PIB de 1,95%, câmbio de R\$ 5,20 por dólar e Selic de 13,75% ao final de 2026 (Bacen, 2026). Esse ambiente encarece o financiamento de estoques, eleva prestações ao consumidor e comprime margens de empresas altamente alavancadas. Assim, Pernambuco, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte exibem indicadores comerciais relativamente mais favoráveis, enquanto operações no Piauí demandam limites mais conservadores, garantias adequadas e maior monitoramento da liquidez.

Tabela 2 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado (%)

Brasil e Unidade da Federação	Índice de receita nominal de vendas			Índice de volume de vendas		
	Variação acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Variação mês a mês (M/M-12)	Variação acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Variação mês a mês (M/M-12)
Brasil	3,40	3,90	8,10	0,80	1,90	4,90
Alagoas	3,60	4,40	7,70	0,40	1,10	3,50
Bahia	8,50	9,30	16,60	3,90	5,20	11,40
Ceará	7,70	7,00	8,60	3,70	3,80	4,90
Maranhão	3,70	4,50	11,90	2,50	4,20	9,10
Paraíba	5,20	5,10	10,50	2,50	2,40	6,90
Pernambuco	8,40	13,50	19,00	4,70	9,60	13,90
Piauí	1,70	2,30	7,90	-2,30	-0,60	5,20
Rio Grande do Norte	7,10	5,80	5,10	3,20	2,80	1,40
Sergipe	3,90	4,10	4,70	0,90	1,10	-0,20

1.3 Materiais de construção

A Tabela 3 mostra uma desaceleração acentuada do comércio de materiais de construção, sobretudo no Ceará. Em junho de 2026, o Brasil apresentou crescimento acumulado de 1,7% na receita nominal, mas retração de 1,8% no volume de vendas. Entre os três estados nordestinos disponíveis na abertura por atividade, a Bahia registrou o melhor resultado, com aumento nominal de 5,3% e crescimento real de 0,8%. Pernambuco apresentou expansão nominal de 1,5%, acompanhada de retração de 1,7% no volume. O Ceará, por sua vez, acumulou queda de 2,0% na receita e contração expressiva de 7,4% no volume, repetindo a retração real observada em maio.

A trajetória cearense merece destaque porque o estado havia encerrado 2024 com crescimentos de 15,6% na receita e 14,5% no volume. Ao longo de 2025 ocorreu desaceleração contínua, e a série passou ao campo negativo em 2026. A mudança sugere reversão relevante do ciclo de vendas, e não

apenas perda nominal ocasionada pela inflação. Na Bahia, a receita permaneceu positiva, mas o crescimento real de apenas 0,8% mostra menor dinamismo que o faturamento. Em Pernambuco, a combinação de receita positiva e volume negativo indica aumento de preços ou mudança na composição das vendas, sem expansão efetiva da quantidade comercializada.

De acordo com analistas de mercado da Tendências Consultoria (2026), na análise de crédito, materiais de construção apresentam sensibilidade elevada aos juros, à renda disponível, ao ritmo das obras e ao crédito imobiliário. A projeção setorial revisada para baixo e o recuo nacional de 3,6% na margem em abril reforçam uma postura prudente. No Ceará, a queda de 7,4% no volume recomenda atenção especial à rotação de estoques, concentração em grandes obras, prazo médio de recebimento e descasamento entre compras e vendas. Pernambuco apresenta risco intermediário, enquanto a Bahia mostra a posição relativa mais favorável entre os três estados, embora ainda sujeita ao aperto monetário.

Não obstante, o El Niño já está estabelecido e em fortalecimento, conforme o diagnóstico oficial da NOAA de 13 de agosto de 2026². Permanece como cenário probabilístico a intensidade máxima do evento: há mais de 90% de chance de que seja muito forte no segundo semestre de 2026 e no início de 2027, e 69% de chance de atingir intensidade potencialmente histórica no trimestre outubro-dezembro de 2026. Seus efeitos específicos sobre o Nordeste, entretanto, não são automáticos nem homogêneos e dependem também de outros condicionantes oceânicos, atmosféricos e regionais.

Para o comércio nordestino, o El Niño constitui risco indireto relevante, sobretudo por seus possíveis efeitos sobre a oferta e os preços de alimentos, a disponibilidade hídrica e energética, os custos logísticos, o abastecimento e a renda disponível das famílias. Esses canais podem elevar custos operacionais, alongar o ciclo financeiro e reduzir o consumo de bens discricionários, incluindo materiais de construção, móveis, eletrodomésticos e veículos. Sob a ótica do crédito, empresas com margens estreitas, estoques elevados, baixa liquidez e forte dependência do consumo financiado tendem a apresentar maior vulnerabilidade. Entretanto, os impactos regionais não devem ser apresentados como resultados certos ou uniformes, pois o próprio NOAA ressalta que um El Niño mais forte aumenta a probabilidade de efeitos consistentes com o fenômeno, mas não os garante.

Tabela 3 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas de materiais de construção (%)

Brasil e Unidade da Federação	Índice de receita nominal de vendas			Índice de volume de vendas		
	Varição acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Varição acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Varição mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)	Varição acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Varição acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Varição mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)
Brasil	1,70	3,10	5,80	-1,80	-0,80	0,60
Bahia	5,30	7,00	19,20	0,80	1,00	10,00
Ceará	-2,00	-2,40	4,10	-7,40	-8,30	-2,90
Pernambuco	1,50	2,00	6,30	-1,70	-2,40	1,80

Fonte: adaptado pelos autores da PMC – Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026).

1.4 Veículos, motocicletas, partes e peças

Em junho de 2026, o resultado nacional mostrou estabilização nominal, com crescimento de apenas 0,1% da receita, acompanhado de retração de 1,2% no volume de vendas. Esse quadro representa melhora em relação aos resultados negativos observados entre dezembro de 2025 e maio de 2026, mas ainda não caracteriza recuperação consolidada, pois a quantidade comercializada permaneceu abaixo do período anterior de 12 meses.

Os três estados nordestinos considerados na Tabela 4 apresentaram desempenho superior à média nacional. O Ceará registrou o resultado mais expressivo, com aumento acumulado de 9,8% na receita

² NOAA - NATIONAL CENTERS FOR ENVIRONMENTAL PREDICTION. CPC - Climate Prediction Center Official NOAA Relative Oceanic Niño Index (RONI) Outlook. Issued August 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso/roni/outlook/ Acesso em: 1 set. 2026.

nominal e de 7,0% no volume de vendas em junho de 2026. Além da magnitude, a trajetória cearense mostrou resiliência durante todo o primeiro semestre: o volume cresceu 4,9% em janeiro, 4,0% em fevereiro, 6,2% em março, 5,5% em abril, 6,1% em maio e 7,0% em junho. Portanto, a expansão da receita no estado não decorreu somente de preços, tendo sido acompanhada por aumento efetivo das vendas. Pernambuco também apresentou recuperação relevante. Em junho, a receita nominal avançou 5,1% e o volume cresceu 2,4%. O resultado representa mudança importante em relação a janeiro, quando a receita estava estável e o volume recuava 3,4%, e a fevereiro, quando ambos os indicadores permaneciam negativos. A melhora ocorreu gradualmente: em março, a receita passou a crescer 2,9%, embora o volume ainda caísse 0,4%; em abril e maio, as retrações reais diminuíram para 0,5% e 0,1%; e, em junho, o volume ingressou no campo positivo. Assim, Pernambuco encerrou o semestre em recuperação, embora com intensidade inferior à observada no Ceará.

Na Bahia, a receita nominal cresceu 4,5% e o volume avançou 2,4% em junho. Também apresentou recuperação ao longo do semestre, depois de o volume ter crescido 1,0% em janeiro, recuado 0,9% em fevereiro e retornado ao campo positivo a partir de março. Entre março e junho, o volume variou de 0,6% para 2,4%, enquanto a receita passou de 3,8% para 4,5%. O resultado baiano é, portanto, positivo e mais equilibrado que o nacional, embora menos intenso que o cearense.

Quadro 1 – Síntese comparativa de junho de 2026.

Área	Receita nominal	Volume de vendas	Leitura
Brasil	0,1%	-1,2%	Estabilização nominal, com retração real
Bahia	4,5%	2,4%	Crescimento moderado
Ceará	9,8%	7,0%	Expansão robusta e liderança regional
Pernambuco	5,1%	2,4%	Recuperação, após início de ano fraco

Fonte: adaptado pelos autores da PMC – Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026).

A divergência entre o resultado nacional e o desempenho dos três estados nordestinos indica que o mercado regional de veículos, motocicletas e peças atravessou o primeiro semestre de 2026 em condição relativamente mais favorável. O Ceará apresenta a melhor combinação entre expansão de faturamento e crescimento real, seguido por Bahia e Pernambuco. Ainda assim, o comportamento não foi homogêneo durante todo o período, particularmente em Pernambuco e na Bahia, que registraram meses de retração no volume antes da recuperação observada em junho.

Sob a ótica do risco de crédito, o Ceará apresenta a sinalização setorial mais favorável, pois o crescimento de 7,0% no volume reduz a probabilidade de que a expansão nominal resulte apenas de reajustes de preços. Para empresas com boa gestão financeira, esse dinamismo tende a favorecer giro de estoques e geração operacional de caixa. Contudo, a análise individual deve considerar margem, nível de alavancagem, prazo médio dos estoques, participação das vendas financiadas e dependência de montadoras ou fornecedores específicos.

Na Bahia e em Pernambuco, a expansão real de 2,4% também é positiva, mas recomenda leitura mais prudente. A Bahia oscilou no início do ano, enquanto Pernambuco somente ingressou no campo positivo em junho. Em operações de crédito, isso justifica acompanhamento da continuidade da recuperação, especialmente entre concessionárias, revendas e distribuidores de peças que operem com estoques elevados ou tenham necessidade intensa de capital de giro.

No Brasil, a queda de 1,2% no volume constitui sinal de atenção. Embora a receita tenha voltado marginalmente ao campo positivo, o desempenho físico ainda aponta demanda enfraquecida no acumulado de 12 meses. Empresas com atuação nacional ou forte exposição a mercados fora dos estados nordestinos destacados podem, portanto, apresentar desempenho inferior ao sugerido pela conjuntura de Ceará, Bahia e Pernambuco.

Tabela 4 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (%)

Brasil e Unidade da Federação	Índice de receita nominal de vendas			Índice de volume de vendas		
	Variação acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Variação mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)	Variação acumulada em 12 meses (em relação ao período anterior de 12 meses)	Variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	Variação mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12)
Brasil	0,10	3,30	11,50	-1,20	2,80	11,60
Bahia	4,50	2,90	12,20	2,40	2,20	12,10
Ceará	9,80	10,00	9,80	7,00	7,90	9,60
Pernambuco	5,10	10,70	29,80	2,40	9,10	29,00

Fonte: adaptado pelos autores da PMC – Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026).

2 Projeções Econômicas

Atividade econômica	2026 (%)	3T2026 (%)	4T2026 (%)	Contexto
Varejo restrito	1,6	2,2	1,5	Na margem, contudo, as projeções indicam recuos de 0,1% e 0,2%, respectivamente, evidenciando expansão sem aceleração contínua. Risco moderado com atenção.
Varejo ampliado	1,8	2,6	1,3	A variação trimestral projetada é de menos 0,4% no terceiro trimestre e mais 0,2% no quarto. Risco moderado a elevado.
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,4	2,3	-0,9	O resultado pode ser apoiado por incentivos setoriais, mas permanecerá condicionado ao custo do financiamento. Risco moderado.
Materiais de construção	1,4	2,5	3,8	A recuperação projetada contrasta com a fraqueza observada até junho, sobretudo no Ceará. Elevado com diferenças estaduais.
Equipamentos e materiais para escritório, Informática e comunicação	3,0	7,2	-8,3	Expansão anual projetada de 3,0%, com crescimento de 7,2% no terceiro trimestre, seguido de queda de 8,3% no quarto, sinalizando elevada volatilidade. Risco moderado a elevado.
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2,5	1,4	1,8	A atividade apresenta perfil relativamente defensivo, sustentado pela recorrência do consumo de medicamentos e produtos de saúde. A atividade tende para menor risco de crédito relativo, embora exposta ao câmbio, custo de insumos importados e necessidade de capital de giro.
Vestuário, tecidos e calçados	1,5	3,3	5,2	Recuperação concentrada no segundo semestre em função da sazonalidade das vendas de fim de ano. Sujeita a risco de revisão, especialmente diante da inflação, do crédito caro e da sensibilidade do consumo de vestuário à renda disponível.
Móveis e eletrodomésticos	1,3	3,0	-2,6	A atividade tem risco moderado por depender de parcelamento e financiamento, com maior cautela para empresas com estoques elevados ou forte exposição ao crédito ao consumidor.
Supermercados e atividades semelhantes	1,4	1,8	1,9	Atividade essencial do consumo, por isso maior resiliência à demanda recorrente, muito embora, com pressões sobre os preços dos alimentos. O alerta se dá frente às pressões nas margens, perecibilidade dos produtos, a ocorrência do El Niño sobre os preços e no abastecimento dos produtos. Risco baixo a moderado.
Combustíveis e lubrificantes	1,1	1,2	-0,9	Trajatória volátil em função dos conflitos geopolíticos, risco moderado com viés de atenção.

Fonte: Adaptado pelos autores de Tavares e Mamede (Tendências Consultoria, 2026).

Nota: os percentuais anuais representam a projeção para o volume de vendas de 2026. As taxas do terceiro e do quarto trimestres, correspondem às variações em relação aos mesmos trimestres de 2025. Não devem ser confundidas com as variações trimestrais dessazonalizadas, que comparam cada trimestre com o trimestre anterior.

Indicador econômico	Contexto	Referência
PIB	O dado realizado do segundo trimestre reforça a perspectiva de moderação. O PIB cresceu 0,5% na margem, mas o comércio ficou estável e o consumo das famílias caiu 0,4%. No primeiro semestre, o comércio avançou 1,0% e o consumo das famílias, 1,1% frente ao mesmo período de 2025.	IBGE (2026a)
Comércio	Estabilidade na margem do segundo trimestre de 2026	IBGE (2026a)
Consumo das famílias	Retração de 0,4% na margem no segundo trimestre de 2026	IBGE (2026a)
IPCA	5,1% em 2026 e 3,8% em 2027	Bacen (2026a)
Selic	14,0% a.a. após a reunião do Copom de agosto de 2026	Bacen (2026a)
Expectativa do PIB	1,95% em 2026	Bacen (2026a)
Expectativa do IPCA	5,02% em 2026	Bacen (2026b)
Expectativa do Câmbio	R\$ 5,20/US\$ ao final de 2026	Bacen (2026b)
Expectativa da Selic	13,75% a.a. no encerramento de 2026	Bacen (2026b)

3 Síntese Executiva

O comércio brasileiro entra no segundo semestre de 2026 com perspectiva de crescimento moderado, porém irregular. As projeções apontam expansão anual de 1,6% no varejo restrito e de 1,8% no ampliado, mas os dados recentes mostram perda de impulso: no segundo trimestre, o comércio ficou estável frente ao período anterior, enquanto o consumo das famílias recuou 0,4%.

O Nordeste permanece como importante vetor de sustentação setorial. No acumulado de 12 meses até junho, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará superaram o resultado nacional no volume do varejo restrito. No ampliado, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte apresentaram os maiores avanços regionais. O destaque por atividade foi o comércio de veículos no Ceará, com crescimento de 7,0% no volume; em sentido contrário, materiais de construção recuaram 7,4% no estado. O Piauí exige atenção, por registrar contração real tanto no varejo restrito quanto no ampliado.

O mercado de trabalho e a renda continuam oferecendo suporte, mas juros elevados, endividamento familiar e inflação de itens essenciais restringem o consumo financiado. Veículos, vestuário, informática e materiais de construção podem receber estímulos específicos no segundo semestre, embora os resultados projetados revelem volatilidade entre os trimestres.

Para o crédito, a perspectiva é de risco moderado, com viés de atenção. Empresas com crescimento real de vendas, boa rotação de estoques e liquidez adequada tendem a apresentar maior resiliência. Em contrapartida, negócios dependentes de financiamento, com margens estreitas e estoques elevados, permanecem vulneráveis ao custo do capital, à inflação, aos conflitos geopolíticos e aos efeitos climáticos. Em síntese, o semestre deverá combinar aumento das vendas em relação a 2025 com pouca aceleração na margem, exigindo seletividade na concessão e no acompanhamento do crédito.

Mapa de calor do risco de crédito setorial no Nordeste

Varejo restrito	1,9%	N/D	3,8%	2,4%	3,1%	6,1%	-1,6%	5,9%	2,0%
Varejo ampliado	0,4%	3,9%	3,7%	2,5%	2,5%	4,7%	-2,3%	3,2%	0,9%
Veículos, motos e peças	N/D	2,4%	7,0%	N/D	N/D	2,4%	N/D	N/D	N/D
Materiais de construção	N/D	0,8%	-7,4%	N/D	N/D	-1,7%	N/D	N/D	N/D
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE

■ Baixo: volume > 3%
 ■ Alto: volume < 0%
 ■ Moderado: volume de 0% a 3%
 ■ N/D: dado estadual não disponível

4 Sumário Executivo Setorial

Ambiente político-regulatório	O ambiente político-regulatório combina estímulos seletivos à demanda com elevada incerteza macroeconômica. Programas voltados à renegociação de dívidas, à aquisição de veículos e às reformas residenciais podem sustentar segmentos específicos do varejo, mas seus efeitos são limitados pela política monetária restritiva. Em agosto de 2026, a Selic estava em 14,00% ao ano, e a mediana do Focus de 21 de agosto indicava 13,75% no encerramento do ano. O Copom projetava IPCA de 5,1% em 2026, acima do limite superior da meta, quadro que mantém elevado o custo do financiamento ao consumidor e do capital de giro das empresas. No âmbito externo, conflitos, oscilações do petróleo, restrições logísticas e incertezas sobre a política comercial dos Estados Unidos podem afetar fretes, combustíveis, insumos e produtos importados. As tarifas norte-americanas adicionam riscos às cadeias exportadoras e podem provocar redirecionamento de mercadorias, alterações cambiais e maior concorrência no mercado doméstico. Os impactos, contudo, variam conforme o produto, a origem dos insumos e a exposição internacional de cada empresa.
Meio ambiente - O efeito das mudanças climáticas	As mudanças climáticas constituem fator relevante de risco para o comércio, sobretudo por seus possíveis efeitos sobre a produção e os preços dos alimentos, a oferta de energia, a disponibilidade hídrica, a infraestrutura e os custos logísticos. O El Niño já está estabelecido e em fortalecimento. A projeção oficial apresentava mediana do RONI de 2,66 °C para outubro-dezembro de 2026, enquanto o diagnóstico NOAA indica probabilidade superior a 90% de evento muito forte no segundo semestre de 2026 e início de 2027. No Nordeste, os efeitos não devem ser tratados como certos ou uniformes. Eventuais pressões sobre alimentos, energia e abastecimento podem reduzir a renda disponível das famílias e afetar com maior intensidade atividades como móveis, eletrodomésticos, veículos e materiais de construção. Empresas com estoques elevados, baixa liquidez, dependência de rotas vulneráveis ou margens estreitas tendem a apresentar maior exposição. A intensidade do El Niño aumenta a probabilidade de impactos compatíveis com o fenômeno, mas não garante sua magnitude em cada estado ou localidade.
Nível de organização do setor (existência de instituições de pesquisas específicas para setor, existência de associações etc.)	O comércio apresenta elevado grau de institucionalização estatística e ampla representação empresarial, embora seja bastante fragmentado quanto ao porte, à atividade e à localização das empresas. O acompanhamento conjuntural é realizado principalmente pela PMC - Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, que divulga indicadores de receita nominal e volume de vendas para o varejo restrito e ampliado, além de aberturas por atividades e unidades da Federação. A PMC acompanha dez grupos de atividades e utiliza amostra de 5.653 empresas. O setor também dispõe de acompanhamento por entidades empresariais, instituições financeiras, consultorias econômicas e órgãos governamentais. A disponibilidade de indicadores nacionais e estaduais favorece o monitoramento de vendas, emprego, renda, crédito, inadimplência, confiança e preços. Ainda assim, a abrangência estadual por atividade é limitada: os resultados detalhados dos segmentos são divulgados para doze unidades da Federação, incluindo apenas Bahia, Ceará e Pernambuco no Nordeste. Por isso, comparações de atividades específicas não devem ser generalizadas automaticamente para os nove estados da Região.
Resultados das empresas que atuam no setor	Os resultados disponíveis descrevem o comportamento agregado das atividades comerciais e devem ser utilizados como referência setorial, não como substitutos da análise econômico-financeira de cada tomador. Em junho de 2026, no acumulado de 12 meses, o varejo restrito brasileiro cresceu 4,9% em receita nominal e 1,6% em volume. No Nordeste, destacaram-se Pernambuco, com alta real de 6,1%; Rio Grande do Norte, com 5,9%; Ceará, com 3,8%; e Paraíba, com 3,1%. Maranhão, Sergipe e Alagoas apresentaram crescimento real mais moderado, enquanto o Piauí registrou retração de 1,6%, apesar do aumento nominal de 2,0%; No varejo ampliado, o volume nacional avançou 0,8%. Pernambuco cresceu 4,7%, Bahia, 3,9%, Ceará, 3,7%, e Rio Grande do Norte, 3,2%. Paraíba e Maranhão avançaram 2,5%, Sergipe, 0,9%, e Alagoas, 0,4%. O Piauí recuou 2,3%. Os resultados indicam maior dinamismo em parte relevante do Nordeste, mas também evidenciam que o desempenho regional não é homogêneo; Entre as atividades com abertura estadual, o comércio de veículos apresentou o melhor desempenho relativo. O volume cresceu 7,0% no Ceará e 2,4% na Bahia e em Pernambuco, ante retração de 1,2% no Brasil. Em materiais de construção, a Bahia avançou 0,8%, enquanto Pernambuco recuou 1,7% e o Ceará, 7,4%. Esses resultados sugerem situação mais favorável para empresas automotivas no Ceará, Bahia e Pernambuco, mas maior pressão sobre estabelecimentos de materiais de construção, especialmente no mercado cearense.
Perspectivas para o setor (expansão, estável ou declínio e perspectiva de se manter assim no curto, médio ou longo prazo)	A perspectiva é de expansão moderada no curto prazo, sem aceleração ampla e contínua. Para 2026, projeta-se altas de 1,6% no varejo restrito e de 1,8% no ampliado. No 3T2026, as variações interanuais previstas são de 2,2% e 2,6%, respectivamente; no 4T2026, diminuem para 1,5% e 1,3%. Na comparação com o 2T2026, o varejo restrito pode recuar 0,1% no 3T2026 e 0,2% no 4T2026, enquanto o ampliado apresenta projeções de menos 0,4% e mais 0,2%. Por atividade, as projeções para 2026 indicam crescimento de 3,0% em equipamentos de informática e comunicação; 2,5% em artigos farmacêuticos; 1,5% em tecidos, vestuário e calçados; e 1,4% em supermercados, veículos e materiais de construção. Combustíveis devem avançar 1,1%, e móveis e eletrodomésticos, 1,3%. As trajetórias trimestrais, entretanto, apresentam oscilações importantes, especialmente em informática, veículos e bens duráveis; No início de 2027, a atividade deverá perder intensidade. Para o 1T2027, as projeções apontam crescimento interanual de apenas 0,4% no varejo restrito e de 0,1% no ampliado. Veículos podem recuar 2,6%, e materiais de construção, 0,1%. A recuperação mais consistente dependerá da redução dos juros, da desaceleração da inflação e da preservação do emprego e da renda. O dado mais recente das Contas Nacionais reforça a cautela: no 2T2026, o PIB cresceu 0,5% na margem, mas o comércio ficou estável e o consumo das famílias caiu 0,4%. Na comparação interanual, o comércio avançou 0,9%; no primeiro semestre, cresceu 1,0%. Portanto, a leitura coerente é de continuidade do crescimento em relação a 2025, mas com perda de impulso na margem.
Riscos de mercado	Os principais riscos são o custo elevado do crédito, o endividamento das famílias, a inflação de itens essenciais, a desaceleração do consumo, a volatilidade cambial e a possibilidade de choques sobre combustíveis, energia e logística. Em abril de 2026, 80,9% das famílias brasileiras possuíam dívidas, o comprometimento médio da renda aproximava-se de 30% e os juros médios para pessoas físicas superavam 60% ao ano. Essas condições restringem o consumo financiado e aumentam o risco de inadimplência. Os riscos são mais elevados para empresas de bens duráveis e semiduráveis, concessionárias e revendas dependentes de financiamento, distribuidores com estoques de giro lento e estabelecimentos de materiais de construção expostos ao enfraquecimento das reformas e pequenas obras. Também requerem atenção empresas com baixa liquidez, margens estreitas, alto endividamento, concentração de fornecedores e descasamento entre prazos de compras, estoques e recebimentos; No Nordeste, o Piauí exige postura mais conservadora, pois recuou do volume tanto no varejo restrito quanto no ampliado. No Ceará, o comércio automotivo mostra desempenho favorável, mas materiais de construção registram deterioração acentuada. Pernambuco apresenta expansão robusta no varejo e recuperação em veículos, embora materiais de construção ainda estejam em retração. A Bahia mostra crescimento no varejo ampliado e em veículos, além de resultado discretamente positivo em materiais de construção; A avaliação geral é de risco setorial moderado, com viés de atenção. Recomenda-se seletividade na concessão de crédito e monitoramento do volume real de vendas, da margem operacional, da rotação dos estoques, da cobertura do serviço da dívida, da geração de caixa e da dependência de vendas parceladas.

Referências

ABDI - AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Boletim de conjuntura industrial**. Ano 1, n. 5. Brasília, DF: ABDI, maio 2026.

AQUINO, J. R. DE; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, Suplemento Especial, p. 31–54, 2020. <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1271>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 280ª reunião do Comitê de Política Monetária**: 4 e 5 de agosto de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026. 2026a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascom>. 2026b. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. **Focus: relatório de mercado**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 21 ago. 2026.

_____. **Relatório de política monetária**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 2, n. 2, jun. 2026. ISSN 1517-6576.

BANCO DO BRASIL. BB INVESTIMENTOS. **Agronegócios, alimentos e bebidas: relatório setorial**. Elaborado por William Bertan e Mary Silva. [S. l.]: BB Investimentos, jul. 2026.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Informativo semanal de economia bancária**: de 24 a 28 de agosto de 2026. São Paulo: Febraban, 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes, abril-junho de 2026. 2026a. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Publicado em 1 set. 2026.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**: junho de 2026. 2026b. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Publicado em 13 ago. 2026. Disponível em: consultar a Pesquisa Mensal de Comércio no SIDRA. Acesso em: 20 ago. 2026.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: comentários sintéticos, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, segundo trimestre de 2026. 2026c. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Divulgação em 14 ago. 2026.

NOAA - NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. CLIMATE PREDICTION CENTER. **ENSO diagnostic discussion**. College Park, MD: NOAA, 13 Aug. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso_advisory/ensodisc.shtml. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. CLIMATE PREDICTION CENTER. **Official NOAA CPC ENSO probabilities**. College Park, MD: NOAA, Aug. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso/roni/probabilities/. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. CLIMATE PREDICTION CENTER. **Official NOAA CPC ENSO strength probabilities**. College Park, MD: NOAA, Aug. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso/roni/strengths/. Acesso em: 1 set. 2026.

_____. CLIMATE PREDICTION CENTER. **Official NOAA Relative Oceanic Niño Index (RONI) outlook**. College Park, MD: NOAA, Aug. 2026. Disponível em: consultar o cenário oficial do RONI. Acesso em: 1º set. 2026.

TAVARES, I.; MAMEDE, R. **Comércio varejista: relatório mensal**, junho de 2026. [S. l.]: Tendências Consultoria Integrada, 2026.

4INTELLIGENCE. **Relatório do setor automotivo**: veículos leves. [S. l.]: 4intelligence, abr. 2026. Documento confidencial e proprietário.

Todas as edições do caderno setorial disponíveis em:

<https://www.bnb.gov.br/etene/caderno-setorial>

Conheça outras publicações do ETENE

<https://www.bnb.gov.br/etene>